



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER**

Samilla Silva Santos

**O Serviço Social na Adoção Internacional:
competências, atribuições, limites e desafios profissionais**

Brasília - DF

2013

Samilla Silva Santos

**O Serviço Social na Adoção Internacional:
competências, atribuições, limites e desafios profissionais**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social (SER), Instituto de
Ciências Humanas (IH), para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Brasília
(UnB), sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli.**

Brasília - DF

2013

Samilla Silva Santos

**O Serviço Social na Adoção Internacional:
competências, atribuições, limites e desafios profissionais**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli
ORIENTADOR SER/UNB

Profa. Dra. Adrianycé Angélica Silva de Sousa
SER/UNB

Profa. Dra. Daniela Neves de Sousa
SER/UNB

Brasília - DF
25 de julho de 2013

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CDJA – Comissão Distrital Judiciária de Adoção

CEJAI – Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DPF – Destituição do Poder Familiar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ONU – Organização das Nações Unidas

SEFAE – Seção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento de Entidades

SEFAM – Seção de Colocação em Família Substituta

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

UnB – Universidade de Brasília

UniCeub – Centro Universitário de Brasília

VIJ/DF – Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer aos meus pais, Vilson e Ivanete, e ao meu irmão, Tiago, por terem me apoiado durante toda a minha vida, me dando condições para que um dia eu pudesse estudar na Universidade de Brasília – UnB, e dando suporte e confiança para eu sair da cidade de Irecê-Bahia e vir morar tão longe. Agradeço também aos meus amigos Cristiano, Janice, Sarah, Thais Magaldi e Thais Sayuri que de certa forma me incentivaram durante o curso.

Ao professor Reginaldo Guiraldelli que me ajudou bastante durante a orientação, do PTCC e do TCC, tirando dúvidas, ajudando a encontrar as bibliografias necessárias para a realização do estudo e me dando liberdade e espaço para colocar as minhas opiniões e percepções. Além disso, preciso agradecer a disponibilidade das professoras Adrianyce Angélica e Daniela Neves para compor a banca examinadora.

E, por fim, agradecer a participação das profissionais da equipe da CDJA que cederam tempo e espaço para a realização da pesquisa, além de possibilitarem que o meu estágio curricular fosse feito nesta seção.

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como enfoque a análise da atuação do assistente social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), seção ligada à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Essa pesquisa busca principalmente analisar a atuação do Assistente Social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção com base nos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662 de junho de 1993 e no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, levando em consideração o contexto sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho Profissional; Adoção Internacional.

SÚMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA COMISSÃO DISTRITAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CDJA): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.1 A Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA): surgimento, finalidade e composição	12
1.2 A questão social e o espaço sócio-ocupacional.....	13
1.3 A importância da teoria social de Marx para o trabalho do Assistente Social na CDJA.....	15
CAPÍTULO 2: ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA AO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL	18
2.1 Família, adoção internacional e os desafios para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.....	21
CAPÍTULO 3: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA JUNTO ÀS FAMÍLIAS: A EXPERIÊNCIA DA CDJA.....	25
3.1 Competências e atribuições profissionais	29
3.2 Condições de trabalho, cotidiano e legitimidade do Serviço Social na CDJA	32
3.3 O projeto ético-político profissional na CDJA: entre os limites, desafios e possibilidades	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	45
Roteiro para entrevista com as Assistentes Sociais da CDJA	45
Roteiro para entrevista com a Psicóloga da CDJA	46
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	48

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como foco a análise da atuação do assistente social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), seção ligada à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e localizada na Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (VIJ/DF). Partimos do pressuposto que, apesar das dificuldades institucionalmente impostas pelo campo de intervenção sócio-jurídico, o assistente social da CDJA, em seu cotidiano profissional, busca meios para garantir que as diretrizes previstas na legislação da profissão sejam efetivadas.

Dessa forma, esse estudo tem como objetivo principal analisar a atuação do Assistente Social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção com base nos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662 de junho de 1993 e no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, levando em consideração o contexto sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido. Também objetivamos conhecer as competências e atribuições do assistente social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção; identificar o reconhecimento do trabalho do profissional de Serviço Social pelos demais técnicos da equipe interdisciplinar da CDJA; compreender se a intervenção do assistente social está condizente com as prerrogativas da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão e com o Código de Ética de 1993; desvelar os limites institucionais no âmbito da CDJA e seus rebatimentos na atuação do Assistente Social; analisar as condições de trabalho do assistente social, com seus limites e possibilidades e os desafios para a efetivação do projeto profissional.

Para obter os dados que darão subsídios para esta análise foi necessária realizar uma abordagem focada na dimensão qualitativa, que propiciou o entendimento aproximado do trabalho profissional que não pode ser quantificado. Nesse sentido, procuramos estabelecer, nas entrevistas realizadas com os profissionais, um diálogo com os profissionais tendo como premissas o campo de atitudes, valores, significados e percepções. Para tanto, foi necessária a utilização de um roteiro semi-estruturado para a realização das entrevistas¹.

As entrevistas foram realizadas em dois encontros previamente marcados com as profissionais (assistentes sociais e psicóloga) e de forma separada. Desse

¹ É importante informar que a respectiva pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH/UnB).

modo, cada profissional teve um espaço próprio para relatar as suas impressões, percepções e inquietações acerca do trabalho realizado na CDJA. Para as entrevistas foram consideradas as 02 (duas) assistentes sociais e a psicóloga da Comissão. Após essa etapa, os dados colhidos nos encontros foram transcritos, analisados e interpretados à luz de um referencial teórico, necessitando, portanto, uma leitura e análise do Código de Ética Profissional de 1993, da Lei nº 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão, de outras legislações e uma reflexão acerca do referencial teórico do Serviço Social.

É importante ressaltar que este trabalho se divide em 3 (três) capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, buscamos fazer uma breve contextualização da CDJA, discutir o Serviço Social como trabalho e analisar a questão social no espaço sócio-ocupacional à luz da teoria social de Marx. Já no segundo capítulo, objetivamos compreender, de forma sintética, o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 a respeito da adoção, família, adoção internacional e os desafios para garantia do direito à convivência familiar e comunitária. E, por fim, o terceiro capítulo, aborda o trabalho das assistentes sociais e da psicóloga na CDJA, demarcando suas competências, atribuições, as condições de trabalho, a legitimidade do Serviço Social na CDJA e os desafios de materialização do projeto ético-político no espaço ocupacional.

CAPÍTULO 1

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA COMISSÃO DISTRITAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CDJA): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

É importante deixar claro que, ciente da polêmica existente entre Sérgio Lessa (2012) e Marilda Iamamoto (2000) a respeito do Serviço Social ser ou não trabalho, este estudo se orienta pela concepção de que o Serviço Social é trabalho.

No livro “Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho”, Lessa se debruça em Marx para esclarecer a sua posição. O autor parte do pressuposto de que o trabalho é a transformação previamente planejada da natureza pelo homem. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, para o autor, a ação do Serviço Social não seria trabalho, já que a profissão não possui a natureza como objeto de intervenção. Lessa argumenta que profissionais, como os assistentes sociais, desempenham um papel diferente das que executam o trabalho. Esses profissionais são responsáveis por reproduzirem as relações sociais entre os seres humanos e não deles com a natureza, ou seja, para Lessa essas atividades preparam o trabalho, porém não são o trabalho em si, pois não transformam a natureza.

O autor sustenta essa argumentação exemplificando que,

[...] o professor e a assistente social realizam práxis que podem ser fundamentais para que um dado ato de trabalho se realize (a produção do Gol com a nova tecnologia), contudo não vão além de momentos preparatórios do próprio ato de trabalho enquanto tal. Enquanto momentos preparatórios, são indispensáveis para que “aquele” ato de trabalho se realize, contudo não são o ato de trabalho propriamente dito. E isto porque, preparar a produção do carro não é ainda a sua produção; planejar uma usina hidroelétrica não é ainda a sua construção nem a geração de energia elétrica; fazer a propaganda de um produto, de tal modo a criar um mercado para o mesmo, ainda não é a produção do produto enquanto tal (LESSA, 2012, p.47).

Além disso, Lessa diz que nas sociedades “[...] é no trabalho que ocorre a reprodução da base material” (LESSA, 2012, p.47) e é nesse aspecto que o trabalho se diferencia das outras atividades. De acordo com o autor, apesar das semelhanças da relação assalariada, da forma e, em muitos casos, das condições de exploração, existe uma diferença entre as profissões e esta diferença está na raiz da função social que cada uma exerce.

Numa outra perspectiva de análise, a partir da leitura do livro “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, de Marilda Iamamoto, identifica-se nos apontamentos da autora que os assistentes sociais estão inseridos em relações e processos de trabalhos, pois “o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho” (2000, p.83), participa da produção e da reprodução das relações sociais. Iamamoto afirma que o trabalho é uma atividade central do homem, já que é a partir dele que o homem se reconhecerá diante da natureza e dos outros homens, além de ser o que distingue o ser humano dos outros animais, pois intelectualmente antecipam suas ações e criam instrumentos para realizá-las.

No livro, a autora sustenta as razões de o Serviço Social ser reconhecido como trabalho. Primeiramente, argumenta que o assistente social está inserido na divisão social e técnica do trabalho e, dessa forma, vende a sua força de trabalho, já que está em condições de assalariamento, e esse trabalho gera um valor social. O profissional de Serviço Social tem um objeto ou uma matéria-prima para a concretização do seu trabalho, que é a questão social, que se apresenta nas múltiplas expressões das desigualdades sociais. Além disso, é necessário que o assistente social entenda que pesquisar e compreender a realidade são formas para estudar o próprio objeto de trabalho (sua própria matéria-prima), na qual se busca implementar, na processualidade histórica, transformações na sociedade.

Iamamoto afirma que,

Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2000, p.62).

Nesse sentido, compreendemos que a autora apresenta elementos para se pensar a profissão no conjunto de outras áreas do conhecimento, não só como mera executora de serviços sociais, mas também como gestora, planejadora e avaliadora de ações e/ou programas, projetos e políticas sociais. Na sua análise, a autora ultrapassa a visão meramente técnica, filantrópica, messiânica, fatalista e burocrática da ação profissional, trazendo elementos de natureza política, educativa, teórica, metodológica, ética e técnica do exercício profissional.

Diante desse debate divergente entre os autores apresentados, é importante destacar que para aprofundarmos a análise sobre a “prática profissional” na

Comissão Distrital Judiciária de Adoção, partiremos da compreensão de que o Serviço Social, entendido como trabalho, está inserido em processos de trabalho, marcados por contradições.

1.1 A Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA): surgimento, finalidade e composição

A Comissão Distrital Judiciária de Adoção - CDJA foi criada pela Resolução nº 4 de 14 de abril de 1999², ligada à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, porém se localiza na Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. O Regimento Interno da CDJA³ indica quais são as finalidades da comissão, sendo as principais:

Art. 1º [...] auxiliar o juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal nos procedimentos relativos à adoção nacional e internacional de crianças e adolescentes;

Art. 3º [...] proceder a estudo prévio e à análise dos pedidos de habilitação de estrangeiros, residentes e domiciliados fora do Brasil ou residentes e domiciliados no Distrito Federal, interessados na adoção de crianças e adolescentes nesta unidade federada e;

Art. 6º A CDJA manterá cadastro geral atualizado e sigiloso de:
I – pretendentes à adoção que desejam acolher no âmbito do Distrito Federal⁴;

II – crianças e adolescentes brasileiros residentes no Distrito Federal em condições de adoção;

III – entidades de abrigo de crianças e adolescentes sediadas no Distrito Federal.

A CDJA tem a seguinte composição:

Secretaria Executiva:

I. Secretária Executiva;

II. Um assistente social;

III. Um pedagogo;

IV. Um psicólogo.

² Levando em conta o que está contido na Convenção relativa à proteção das crianças e a cooperação em matéria de adoção internacional (Convenção de Haia) no art. 12, no Decreto nº 3.174 de 16 de setembro de 1999 no art. 2º e no Provimento Geral da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos arts. 202 a 208.

³ Portaria GC nº 38 de 24 de junho de 2009.

⁴ É importante citar que a atual equipe responsável pelo cadastro dos pretendentes não faz mais uso de uma lista de espera. Tal equipe apresenta a criança ou adolescente aos organismos credenciados a adoção e espera a indicação de requerentes interessados nesse perfil.

A Comissão é composta por:

- I. Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - Presidente da CDJA;
- II. Juiz da Vara da Infância e da Juventude do DF;
- III. Um assistente social⁵;
- IV. Um psicólogo⁶;
- V. Um bacharel em Direito;
- VI. Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.

Para entendermos as atividades desenvolvidas pela assistente social na CDJA é importante identificarmos quais são as competências da Comissão e da Secretaria Executiva.

A equipe da Secretaria Executiva é responsável pela análise do Estudo Social realizado pelo país que recebe e atende os requerentes à adoção, pela apresentação dos adotandos para os organismos credenciados para intermediar a adoção internacional, pela preparação das crianças e dos adolescentes para adoção internacional e pelo acompanhamento do estágio de convivência.

Já os membros da Comissão são responsáveis pelo julgamento dos processos de habilitação dos pretendentes, contando com o auxílio da Secretaria Executiva, que indica suas impressões, percepções e análises com base em estudos realizados. É importante destacar que nesses processos de julgamento todos os membros da comissão votam de forma igualitária. Somente o Corregedor, presidente da Comissão, tem a função de decidir, caso haja algum empate. Já o Juiz da Infância e Juventude, além de votar na sessão de habilitação, é o responsável por sentenciar o processo de adoção internacional, tendo como base relatórios sociais e psicológicos da equipe profissional da Secretaria.

1.2 A questão social e o espaço sócio-ocupacional

A partir do que foi apresentado, o trabalho do/a assistente social no judiciário, e em especial na Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), se constitui e se concretiza a partir das múltiplas expressões da questão social.

⁵ Atualmente é composta por um profissional da Seção de Colocação em Família Substituta – SEFAM.

⁶ Atualmente é composta por um profissional da Seção de Colocação em Família Substituta – SEFAM.

Iamamoto (2000) argumenta que essas expressões, compreendidas como decorrentes das desigualdades sociais da sociedade capitalista moderna possuem uma raiz comum que é a contradição entre a ampliação da produção social apropriada de forma privada em paralelo com a concentração dos lucros gerados pela atividade produtiva para uma pequena parcela da sociedade. A autora diz que a questão social, além de ser uma arena tangenciada pela desigualdade social, também se configura pelas manifestações de rebeldia, já que historicamente os indivíduos se organizam, mobilizam, contestam e reivindicam direitos e melhores condições de vida. Assim, é nesse campo de tensionamentos entre a produção da riqueza *versus* pobreza, ou seja, de acirramento das desigualdades sociais e ao mesmo tempo emergência das manifestações de rebeldia marcadas pela pressão social por ampliação de direitos, que está inserido o assistente social.

Nesse prisma, é válido salientar que a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, tivemos inúmeras conquistas no campo do reconhecimento dos direitos sociais e na afirmação e defesa da seguridade social, como direito de cidadania e dever do Estado.

Porém, é preciso entender que os espaços ocupacionais da profissão são marcados pelas contradições inerentes ao sistema social vigente. Por isso, um desses espaços, o campo sócio-jurídico, está em constante tensão entre a ampliação dos direitos sociais e da cidadania e a manutenção dos mecanismos de reprodução das desigualdades.

Guerra (2009) afirma que as demandas oriundas a partir das necessidades das classes mais desfavorecidas não chegam de maneira direta ao assistente social. Pelo contrário, elas são postas com a instituição fazendo esta intermediação, através das suas metas, objetivos, “missão” e demandas institucionais apresentadas aos profissionais. A autora também diz que as questões imediatas trazidas pelos usuários normalmente são a “ponta do iceberg” dos seus reais problemas.

Observando a argumentação de Guerra (2009), é necessário nos remeter a Trindade e Soares (2011), que afirmam que os assistentes sociais do judiciário têm funções que perpassam desde as expressões da questão social às práticas judiciais, exercendo o papel de peritos nas situações de conflito. Por isso, suas ações vão desde o controle e ajustamento da população, à possibilidade de contribuir para o acesso aos direitos humanos e sociais dos indivíduos sociais. As autoras também informam que o profissional de Serviço Social “[...] tem a

capacidade de intervir em ações concretas do cotidiano que atravessam as relações familiares e sociais” (p.228).

Portanto, para compreendermos o trabalho do/a assistente social na CDJA, é importante entendermos que a profissão está imersa num contexto de conflitos de interesses e produção e reprodução de desigualdades sociais.

Nesse sentido, o assistente social intervém no âmbito das expressões da questão social e o reconhecimento do profissional advém dos resultados desta intervenção, o que exige dele, em várias ocasiões, respostas rápidas, já que ele atende as demandas que colocam em risco a ordem vigente (GUERRA, 2009). O profissional, muitas vezes, encontra-se numa posição que precisa lidar com vários fatores paradoxais da sociabilidade burguesa, como o cumprimento de regras, metas e rotinas institucionais, e ao mesmo tempo atender as demandas dos usuários, no caso as crianças e adolescentes cadastrados para o processo de adoção.

Além disso, é necessário que o profissional tenha capacidade de analisar a realidade social dos usuários não só de maneira focalizada e individualizada. O assistente social deve ter a capacidade de compreender as expressões da questão social que circundam a vida dos sujeitos que requisitam sua ação profissional de forma crítica, buscando apreender os determinantes conjunturais e estruturais que levam esses indivíduos a estarem nesta situação. Por isso, entendemos a importância da teoria social de Marx na formação e no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, por considerarmos a necessidade de análises que incorporem a perspectiva de totalidade, rompendo com a ideia de problemas individuais, residuais e microlocalizados.

1.3 A importância da teoria social de Marx para o trabalho do Assistente Social na CDJA

De acordo com a teoria social de Marx, a realidade social, circunscrita na processualidade histórica, é dinâmica, contraditória e complexa. A partir da inserção do homem no real, no mundo do trabalho, essa realidade se transforma.

Para Marx e Engels o ser social “[...] é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações”

(NETTO, 2011, p.31). Assim, não se pode perceber o ser social e o mundo como algo acabado e estático, mas como algo em movimento, sempre se transformando, ou seja, inseridos em uma cadeia de processos.

Marx também afirma que a constituição da sociedade, da família, das classes sociais será influenciada por determinadas fases da produção, do consumo e do comércio, portanto os homens não podem escolher qual forma social seguir, por isso “[...] adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais” (MARX-ENGELS, 2007, p.125 apud NETTO, 2011, p.34).

Tomando como base a tradição marxista apresentada por Netto (2011), é necessário entender que o objeto de trabalho do Assistente Social da CDJA está inserido em uma realidade composta por desigualdades sociais, complexa e contraditória. Além disso, esse sujeito – crianças e adolescentes em acolhimento institucional – está em uma posição histórica de inferioridade e subalternidade na sociedade⁷, e, portanto, o profissional deve buscar uma visão da totalidade, compreendida na sua complexidade e contraditoriedade, para se aproximar da realidade dos sujeitos/demandas sociais e garantir uma intervenção de qualidade.

Segundo Fávero, Melão e Jorge (2011),

Em um processo dialético de conhecimento da realidade, o que se põe como fundamental é [...] a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social’ (Frigoto, 1999, p. 81). Nessa direção, ‘a teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, no processo de conhecimento: a teoria e a ação (p.62).

No que tange ao Serviço Social, inserido na divisão social e técnica do trabalho, como uma profissão interventiva, faz-se necessário pensar que a assistente social da CDJA se apropria das mediações no atendimento aos seus usuários, compreendendo dimensões singulares e universais do processo social e realizando momentos de sínteses dessas múltiplas determinações na busca da decifração dos fenômenos sociais, sempre de forma aproximativa.

⁷ Desde o início do século XX as políticas sociais brasileiras para a infância e juventude apresentaram um caráter repressivo, policialesco, higienista, punitivo e culpabilizador. Essa concepção só foi alterada com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (COELHO, 1997).

Portanto, a partir de um referencial materialista histórico e dialético, é possível desmistificar fatos e fenômenos, compreender determinantes sócio-históricos que circundam o tecido social e analisar criticamente, sob o prisma da totalidade, as demandas apresentadas ao trabalho do assistente social de forma a não reproduzir práticas miméticas, alienantes, burocratizadas e meramente reprodutoras do sistema social vigente. Por isso, torna-se fundamental uma análise profunda e crítica da realidade no sentido de garantir uma atuação afinada e sintonizada com os preceitos ético-políticos orientados para a construção de uma nova sociabilidade em que realmente se efetive a liberdade, a igualdade, a justiça, a democracia e o acesso aos bens e riqueza socialmente produzidos.

CAPÍTULO 2

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA AO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Esse tópico analisa a adoção internacional na legislação brasileira após a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, considerado um desdobramento do art. 227 da Constituição Federal de 1988 que diz,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Dessa forma, o ECA (1990) substitui integralmente o Código de Menores de 1979 e a Lei nº 4.518 de 1964, que tratava a respeito da Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Assim pode-se compreender que o Estatuto,

[...] propõe uma profunda ruptura com todas as práticas e toda mentalidade historicamente forjada em torno do personagem menor. A lei adota a Proteção Integral, com base na Doutrina da Proteção Integral da ONU, em substituição ao adjetivo 'Menor', considera dois novos sujeitos (de direitos): a Criança e o Adolescente (COELHO, 1997, p.62).

Além disso, o Estado brasileiro passa a aderir a diversos tipos de leis, regulamentos e recomendações internacionais no que tange à área da infância e adolescência, entre eles a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, Convenção de Haia⁸. A Convenção de Haia de 1999 tem como principais objetivos: garantir que as adoções internacionais sejam realizadas conforme o superior interesse de crianças e adolescentes e criar um sistema de cooperação entre os Estados signatários para a garantia de direitos, prevenindo a venda, sequestro ou tráfico de crianças ou adolescentes. É importante ressaltar, conforme Rizzini (2004), que esse marco se dá a partir da pressão dos inúmeros movimentos sociais que, desde os anos 1980, reivindicavam mudanças a respeito da forma como é tratada a questão da infância e juventude no Brasil.

⁸ Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Vale salientar que durante décadas, os brasileiros incorporaram o hábito de cuidar dos filhos de alheios, os chamados “filhos de criação”, sem qualquer tipo de documentação e/ou formalização (PAIVA, 2004), além de existir a prática da adoção à brasileira⁹. A promulgação da Lei nº 12.010 de 2009, conhecida como nova lei da adoção, se tornou mais um dispositivo legal para combater tal situação.

Outra problemática que a Lei de Adoção trata é que, anteriormente, o ECA (1990) apresentava no seu livro II – Parte Especial, no título VI uma abordagem vaga sobre a atuação da justiça e a seção III salientava vagamente a necessidade de serviços auxiliares, ou seja, de equipes multiprofissionais destinadas a assessorar os juízes”, sem mencionar os profissionais e suas competências (PAIVA, 2004, p. 50).

Dessa forma, a autora explica que o Estatuto não deixava claro que tais serviços deveriam ser realizados por assistentes sociais e psicólogos, fazendo com que em muitas comarcas o processo adotivo fosse prejudicado, diante da ausência de profissionais habilitados para lidar com tal situação. Nesse sentido, muitas vezes a avaliação e a preparação dos pretendentes dos adotantes não cumprem integralmente o ECA (1990) pelo fato de não terem um assistente social e/ou psicólogo.

Mas, a Lei da Adoção de 2009 trata dessa questão ao modificar o art. 50 do Estatuto:

A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar (ECA, 1990, art. 50, §3º).

De acordo com o ECA (1990), “a adoção é uma medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa¹⁰” (art. 39, §1º¹¹).

Nesse quadro, é preciso reconhecer que as crianças e/ou adolescentes cadastrados para adoção internacional passaram por várias tentativas frustradas de

⁹ Prática de um indivíduo registrar uma criança como seu filho biológico, mesmo que ela não tenha sido concebida por tal. Essa atitude é caracterizada como três tipos de infração: presunção de rapto, parto suposto e falsidade ideológica.

¹⁰ De acordo com o art. 25, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

¹¹ Artigo alterado pela Lei nº 12.010 de 2009.

busca pela garantia do direito a convivência familiar e comunitária, descrito no art. 227 da Constituição Federal de 1988. Além disso, o ECA (1990) ainda apresenta que,

Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (ECA, 1990, art. 51¹²).

Para que uma criança ou adolescente seja cadastrada para adoção internacional devem ter sido esgotadas todas as possibilidades de adoção nacional¹³ e deve ter sido deferida a Destituição do Poder Familiar – DPF¹⁴ dos pais biológicos.

Mendes (2007) argumenta que a Destituição do Poder Familiar é condição primordial para que uma criança ou adolescente seja juridicamente considerado adotável. Dessa forma, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – CEJAI, no caso do Distrito Federal será chamada de Comissão Distrital Judiciária de Adoção – CDJA, será a responsável pela habilitação dos estrangeiros no seu ente federativo e o acompanhamento dos pretendentes a adoção internacional será feito por agências credenciadas pela Autoridade Central Federal, conforme o art. 6º da Convenção de Haia ratificada em 1999, e pela CEJAI ou CDJA.

No caso específico da CDJA, a criança/adolescente disponibilizada para adoção internacional será preparada¹⁵ para esse processo pelas assistentes sociais e a psicóloga da Secretária Executiva da Comissão, sendo que já existe família substituta disposta a recebê-las. Depois desse momento, inicia-se o estágio de

¹² Artigo alterado pela Lei nº 12.010 de 2009.

¹³ Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, art. 51, § 1º, II.

¹⁴ Destituição do Poder Familiar: termo oriundo de uma evolução jurídica acerca do Pátrio Poder e que pode ser conceituado como sendo um complexo de direitos e deveres quanto à pessoa e bens do filho, exercidos pelos pais na mais estreita colaboração e em igualdade de condições (SOUZA e CORRÊA, online 2013). Consta no ECA (1990), em seu artigo 101, §9º: em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda (incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

¹⁵ Trata-se do período que antecede a chegada da família estrangeira ao Brasil, no caso de Brasília-DF, e que busca incentivar e propiciar condições favoráveis para que crianças e/ou adolescentes adotados possam realizar o percurso da realidade atual, na qual estão vinculados a uma instituição de acolhimento, para a realidade futura, ou seja, a inserção em uma família estrangeira residente em país diverso ao seu de origem (SOUZA; CORRÊA, online 2013).

convivência, período de no mínimo 30 dias que a família substituta internacional fica com a criança e/ou adolescente em território nacional¹⁶.

De acordo com Mendes (2007, p.45),

Durante o estágio de convivência, a família permanece em local providenciado pela agência [os organismos credenciados para intermediar adoção internacional no Brasil], o qual pode ser um hotel ou alguma casa disponibilizada para este fim. Com frequência, a agência também pode providenciar um intérprete para ajudar na comunicação entre os pais e a criança. A equipe técnica acompanha a adaptação da criança com seus novos pais e, durante este período, a nova família deverá realizar visitas periódicas ao Fórum, para o acompanhamento da adaptação.

Ao final do estágio de convivência, a equipe de profissionais que acompanhou a família faz uma avaliação desse período, observando se houve uma boa adaptação desses sujeitos, e ao término, elabora um relatório social e psicológico solicitando ao Juiz da Vara da Infância e Juventude o deferimento ou não da adoção. Somente a partir do deferimento da adoção que se autoriza a saída da criança ou do adolescente do país.

2.1 Família, adoção internacional e os desafios para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes

O ECA (1990) atesta que a criança e o adolescente devam ser criados prioritariamente junto à família biológica ou extensa, sendo que o acolhimento institucional e a colocação em família substituta são medidas excepcionais. A família é considerada por Fante e Cassab (2007) como a base da sociedade, local onde é feita a primeira forma de socialização do indivíduo. Indo mais além do que as autoras falam, a família não é só um local para que o indivíduo tenha uma primeira formação, ela também é uma forma dos indivíduos terem segurança. Por isso, a família pode ser considerada,

[...] algum lugar, seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que possa ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o auto controle, repreender, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante (OSTERNE, 2004, p.65).

¹⁶ Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, art. 46, § 3º.

Diante disso, observa-se que o principal motivo para a institucionalização de crianças e adolescentes é a dificuldade da família de origem em assegurar os direitos aos seus filhos/as, e por mais que esteja disposto no ECA (1990) que a pobreza não justifica o acolhimento¹⁷, ela é a responsável pelo agravamento de outras questões – por exemplo, a negligência, a violência física, psicológica e sexual, a exploração infantil, o abandono, a dependência química por parte dos pais e familiares e a vivência de rua – que possam ensejar na saída da criança da família.

A ausência do cumprimento de significativa legislação protetora (a qual muitas vezes se atém apenas no plano legal), não efetivamente aplicada ao cotidiano de milhões de cidadãos e, aliada à ausência de políticas públicas de apoio, remete milhões de famílias à condição de vulnerabilidade, às quais nem sempre conseguem cumprir sua função provedora e protetora de seus membros, acarretando, por vezes, a institucionalização de suas crianças e adolescentes (FANTE; CASSAB, 2007, p.155).

Além disso, o Estado e a sociedade, historicamente, exige que a família se responsabilize pelo bem estar dos seus filhos, mas, em compensação, não oferece recursos públicos suficientes para apoiar essas famílias (FANTE; CASSAB, 2007). Dessa forma, quando a família não consegue reunir condições para garantir os direitos da criança ou adolescente, inicia-se um processo de Destituição do Poder Familiar (DPF) e, caso este seja deferido, a criança ou adolescente é cadastrada para adoção.

Entretanto, por muitas vezes, as crianças cadastradas para adoção no Distrito Federal estão fora do perfil exigido pelos requerentes desta comarca¹⁸, como mostra as tabelas¹⁹ abaixo:

¹⁷ Com base no ECA, 1990, em seu artigo 23, “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (artigo alterado pela Lei nº 12.010 de 2009).

¹⁸ O perfil solicitado pelos pretendentes à adoção no Distrito Federal é de crianças do sexo feminino, de cor branca e na faixa etária de 0 a 5 anos (LIMA; OLIVEIRA, 2010).

¹⁹ Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em <www.cnj.jus.br> (último acesso no dia 25 de junho de 2013).

Perfil das Crianças cadastradas para adoção no Distrito Federal:

Em relação à raça/etnia:

Raça	Total
Branca	15
Parda	64
Preta	17

Em relação ao gênero:

Sexo	Total
Masculino	56
Feminino	40

Em relação à faixa etária:

Faixa Etária	Total
0 a 5 anos	2
6 a 10 anos	15
11 a 15 anos	44
Acima de 15 anos	35

Diante do quadro esboçado acima, identifica-se alguns problemas em relação ao processo de adoção, pois, de acordo com o depoimento dos profissionais da CDJA, tal perfil de crianças e adolescentes dificulta o acesso a uma família, tendo em vista o perfil requisitado pelos pretendentes.

Assim, verifica-se que as crianças e os adolescentes já passaram por duros processos de perdas nas suas trajetórias de vida, seja na família biológica, seja num cadastro para adoção que não lhes dão acesso a uma família, e mesmo que os requerentes domiciliados fora do país tenham um perfil mais abrangente que os dos brasileiros, eles estão começando a restringir esse perfil, principalmente no que tange a idade das crianças.

Outra situação que passa a ser problemática para a equipe da CDJA é que enquanto não há uma definição da situação jurídica da criança, no caso dela estar destituída ou não, e a mesma não é acolhida por uma família substituta, o adotando continua na instituição de acolhimento. O ECA (1990) dispõe que a medida de

acolhimento institucional deve ser algo temporário²⁰, mas isso é algo que não vem sendo respeitado. Por isso, muitas crianças acabam permanecendo nas instituições até a maioridade (FANTE; CASSAB, 2007). Além disso, é importante que os profissionais entendam que,

[...] a institucionalização, por mais que em seus limites extremos procure viabilizar a proteção da criança e do adolescente, não se apresenta como a alternativa mais viável enquanto ambiente de desenvolvimento desse pequeno ser, visto que não é atendido em algo fundamental na sua formação como ser humano: o afeto, o atendimento individualizado, a possibilidade de ser, criar e expressar-se de forma diversificada dos demais (FANTE; CASSAB, 2007, p.168).

Ainda segundo os relatos das profissionais da CDJA, um fator que contribui significativamente para a idade elevada das crianças é a morosidade da justiça do Distrito Federal para deferir o processo da Destituição do Poder Familiar. Dessa forma, as profissionais passaram a ter uma postura de solicitar celeridade do processo quando identificam alguma criança com perfil para adoção internacional.

Para as assistentes sociais da CDJA quando a família biológica não consegue obter condições para manter a criança e/ou o adolescente sob os seus cuidados, a adoção internacional passa a ser a alternativa para a garantia do direito a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes. No entanto, é necessário compreender que não se pode pensar na adoção internacional ou nacional como a principal via para a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. O Estado deveria garantir políticas integradas e eficientes de saúde, educação, habitação, transporte, trabalho e assistência, para dar meios necessários e condições para as famílias cuidarem de seus filhos de forma digna e cidadã.

No quadro de adesão ao projeto neoliberal, o que se observa é cada vez mais a desresponsabilização do Estado no trato da questão social, desmontando a esfera pública e reduzindo a possibilidade de acesso da população aos direitos sociais indispensáveis para a reprodução social na ordem burguesa.

²⁰ O ECA (1990), em seu artigo 19, §2º diz que: a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA JUNTO ÀS FAMÍLIAS: A EXPERIÊNCIA DA CDJA

Como foi mencionado no capítulo 1, de acordo com o Regimento Interno da CDJA de 2009, a Secretaria Executiva da Comissão deve ser composta por um(a) secretário(a) executivo(a), um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a) e um(a) pedagogo(a). No entanto, foi identificado no período desta pesquisa que o quadro de profissionais da Secretaria é outro, sendo composto por duas assistentes sociais, sendo que uma delas ocupa o cargo de comissão de secretária executiva, e uma psicóloga, que ocupa o cargo de comissão de secretária executiva substituta. O quadro abaixo busca retratar o perfil das profissionais que participaram da pesquisa, e que, como forma de garantir o anonimato e o sigilo dos sujeitos na pesquisa científica e também respeitando as normativas e princípios éticos, não serão publicizados os nomes das profissionais, que serão identificadas por letras (A, B e C).

Perfil das profissionais da CDJA:

	A	B	C
Profissão	Assistente Social	Assistente Social	Psicóloga
Idade	38	31	34
Estado Civil	Divorciada	Casada	Solteira
Filhos	4	0	0
Ano de Formação	2000	2008	2001
Local da Formação	UnB	UnB	UniCeub
Especialização	Violência doméstica contra crianças e adolescentes (LACRE/USP)	Especialização em Educação Ambiental	Psicossomática; Teoria, pesquisa e intervenção no luto
Eventos do Serviço Social	CBAS e Fórum de Supervisores da UnB	ENPESS e Congresso Psicossocial Jurídico - Brasília - DF	///////
Acompanha o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS	Não	Acompanha pela internet	///////
Período que foi supervisor(a) de estágio	2011 – 2012	Nunca foi supervisora	///////
Artigos Apresentados	Sim, pela CDJA, SEFAM e SEFAE	0	CDJA
Remuneração (em salários mínimos)	20	7,6	7
Jornada de trabalho (semanal)	30h	35h	30h
Tempo de serviço na CDJA	5 anos	1 ano	2 anos e 4 meses
Vínculo Empregatício	Estatutário (Lei nº 8.122/90)	Estatutário (Lei nº 8.122/90)	Estatutário (Lei nº 8.122/90)
Desvio de Função	Não	Sim	Sim
Cargo Comissionado	Sim	Não	Sim
Experiências Anteriores	Outras seções do TJDF (SEFAM, SEFAE)	Primeira vez que atua como Assistente Social	///////

A tabela acima apresenta um desenho interessante das profissionais da CDJA. Somente a assistente social “A” possui mais tempo de atuação na área de

adoção internacional. É importante destacar que essa é a primeira vez que “B” e “C” atuam como assistente social e psicóloga, respectivamente, na estrutura do TJDF. Todas as profissionais entrevistadas têm algum tipo de especialização, sendo que as duas assistentes sociais já participaram de algum evento da categoria, mas somente a “B” acompanha as ações dos Conselhos Federal e Regional de Serviço Social e a ABEPSS. No entanto, esse acompanhamento se dá unicamente via publicações disponibilizadas na internet. A assistente social “A” foi a única a ser supervisora de estágio de estudante do curso de Serviço Social. A assistente social “B” ainda não escreveu artigos ou textos sobre sua experiência de trabalho ou algo similar, enquanto as outras duas já produziram na CDJA e a assistente social “A” também escreveu para outras seções da VIJ/DF, como forma de socializar experiências.

No que tange à formação continuada, realização de cursos e pesquisas realizadas pelos profissionais, Raichelis (2011) fala da importância da qualificação e capacitação contínua, como forma de fortalecimento de espaços institucionais para reflexão do trabalho desenvolvido e o seu impacto sobre os usuários.

Ao ser propositivo e criativo, socializando experiências, o profissional poderá demonstrar para a instituição que o contratou as especificidades da sua atuação e a sua indispensabilidade para o atendimento ao usuário, além desse trabalhador ter a satisfação pessoal de realizar um trabalho que não fique somente no campo da burocracia institucional e da imediatez, e que faça com que o profissional estabeleça um diálogo profundo e crítico com a realidade social.

Esse compromisso com a qualificação profissional também está previsto no Código de Ética de 1993, o qual estabelece que o assistente social deve ter um compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o seu aprimoramento intelectual.

Com base nos dados apresentados e nas entrevistas realizadas, nota-se que este espaço existe na CDJA e que as profissionais procuram se qualificar, mas, ainda, não são todas as profissionais de Serviço Social que pesquisam sobre o trabalho que desenvolvem.

Outro dado que deve ser analisado é o fato das profissionais “B” e “C” estarem em desvio de função, ou seja, exercem uma atividade que não corresponde àquela para qual foram nomeadas no momento que tomaram posse na instituição. Ou seja, as duas profissionais entrevistadas tomaram posse no cargo de Técnico

Judiciário no TJDF, mas atualmente estão atuando como Analista Judiciário. Isso pode explicar a diferença salarial de praticamente 13 salários mínimos da profissional “A” para com as demais, além de “A” possuir cargo de comissão e ter mais tempo de carreira no TJDF que as outras.

No que tange à jornada semanal de trabalho é importante destacar que só “B” disse que trabalha 35 horas, porém durante a entrevista com a profissional “A”, esta relatou que existe um acordo interno na CDJA para que todos trabalhem 6 horas diárias, sendo que elas devem fazer escalas (das 12h – 18h e das 13h – 19h).

Ainda segundo “A”, esse acordo não existe somente no âmbito da Comissão, mas também em outras seções da VIJ/DF. Nesse quesito é importante destacar que as assistentes sociais da CDJA trabalham 30 horas semanais de maneira informal e que o TJDF ainda não atende ao que está previsto na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993²¹.

Portanto, pode-se inferir que há falta de reconhecimento por parte da instituição quanto a certos direitos garantidos aos profissionais de Serviço Social em âmbito legal. Além disso, é importante pensar que a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução salarial,

[...] possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do(a) trabalhador(a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital. Não por acaso, a implementação desse importante direito vem sendo contestado judicialmente pela Federação Nacional da Saúde junto ao STF, e muitas instituições públicas resistem à sua implementação (BOSCHETTI, 2011, p.567).

Ainda a respeito das horas trabalhadas, a profissional “A” explicou que quando a equipe está acompanhando a etapa do estágio de convivência, as técnicas devem ficar de sobreaviso para qualquer eventualidade²². Assim, elas podem trabalhar a qualquer horário do dia ou da noite e em qualquer dia da semana. Quanto a essa característica do trabalho, as profissionais estão estabelecendo um acordo com a instituição para a compensação dessas horas, seja em folgas, seja no

²¹ Lei 8.662/93, art. 5º-A: a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais (incluído pela Lei nº 12.317, de 2010).

²² No cerne da discussão da jornada de trabalho, no que se refere às demandas, destaca-se que as crianças e/ou famílias contam com o apoio e respaldo da equipe em diversos momentos, e, desse modo, se a família ou a criança se sente insegura ou com dúvidas acerca dos trâmites no processo de adoção, eles podem acionar alguma das profissionais para solicitarem orientações. Caso aconteça algum tipo de acidente com um ente dessa família, as profissionais também são acionadas, o que significa que as demandas do trabalho requisitam as profissionais para além das horas cumpridas formalmente no espaço ocupacional.

pagamento de hora-extra, mas ainda não obtiveram nenhum retorno ou posicionamento institucional.

Após a apresentação do perfil das profissionais participantes da pesquisa, o presente trabalho pretende analisar as competências e atribuições profissionais na CDJA, as condições de trabalho dos profissionais, a legitimidade do Serviço Social na instituição e os desafios para a materialização do projeto ético-político nesse espaço sócio-ocupacional.

3.1 Competências e atribuições profissionais

O Código de Ética do Assistente Social de 1993, art. 10, d, fala que “[é dever do assistente social] incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar”. É importante compreender que a interdisciplinaridade é algo que acompanha o assistente social desde a sua formação, já que as próprias diretrizes curriculares estabelecidas pela ABEPSS apresentam disciplinas de Sociologia, Economia, Filosofia, Antropologia, Formação Sócio-histórica do Brasil, Psicologia, dentre outras, como algo essencial para a formação do bacharel em Serviço Social.

Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com dogmatismos, muitas vezes cultivados no interior da profissão (RODRIGUES, 1995, p.157).

Dessa forma, a interdisciplinaridade faz com que o assistente social concentre-se ainda mais nas especificidades do Serviço Social, apropriando-se dos conhecimentos apreendidos durante a realização do trabalho e transformando-os em pensamentos, reflexões (RODRIGUES, 1995), fazendo com que ele amplie ou melhore as possibilidades de intervenção junto ao usuário, no caso da CDJA, crianças e adolescentes disponibilizados para adoção internacional.

Além disso, a interdisciplinaridade pode contribuir para que os profissionais possam compreender os sujeitos sociais que atendem cotidianamente, da forma mais rica e aproximada possível, analisando desde relações sociais estabelecidas entre as crianças e os adolescentes com a comunidade (escola, instituição de acolhimento, vizinhos, grupos) até questões subjetivas, emocionais que possam influenciar no processo de adoção, claro que observando os limites e as possibilidades que cada área de conhecimento disponibiliza.

Durante a pesquisa, verificou-se que na CDJA o trabalho é executado de forma interdisciplinar, principalmente quando as profissionais estão em processo de preparação dos/as adotandos/as e de acompanhamento do estágio de convivência, sendo que atividades mais burocráticas, como manifestação em processos, são executadas individualmente.

No decorrer dessas duas etapas do processo adotivo, as profissionais atuam em duplas, compostas ordinariamente por uma assistente social e a psicóloga. Desse modo, mesmo que na fala das participantes da pesquisa se revele que na CDJA não exista uma definição explícita das competências e atribuições específicas de cada profissional, pois toda a equipe é responsável pelos atendimentos com as crianças/adolescentes e as famílias substitutas, pelas reuniões com as entidades de acolhimento, com advogados, com o corregedor ou juiz, pela montagem do processo, dentre outras ações, compreendemos que é importante e necessária à diferenciação da forma de atuação de cada profissão. Percebemos que é muito comum, em vários campos sócio-ocupacionais, os assistentes sociais partilhando as mesmas atividades com outros profissionais, entretanto, é preciso acabar com aquela ideia de que os profissionais criam uma identidade para equipe, dissolvendo as próprias particularidades da profissão. Ora, são as diferentes especializações que enriquecem o trabalho da equipe, como uma unidade (IAMAMOTO, 2012).

Nesse contexto, o assistente social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o distingue do médico, do sociólogo, do psicólogo, do pedagogo etc. Cada um desses especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar as ações propostas (IAMAMOTO, 2012, p.64).

Nesse sentido, uma questão importante no trabalho da equipe profissional da CDJA é reconhecer e identificar a “zona limítrofe entre Serviço Social e Psicologia” (IAMAMOTO, 2012, p.65), pois há alguns grupos de profissionais que se dedicam a campos como o psicodrama e a terapia familiar, que insistem que o reconhecimento dessas atividades auxilia na ampliação do espaço ocupacional do assistente social. Como o assistente social realiza atividades próximas com o psicólogo, são

importantes cautelas para não acabar assimilando algumas posturas que somente o profissional de psicologia pode assumir.

É necessário o entendimento que,

A formação terapêutica exige especialização no campo da psicologia e/ou da saúde mental realizada em instituições universitárias ou sociedade científicas, que têm o poder de atestar a capacitação nesse campo, o que foge ao âmbito de competência do ensino graduado e das entidades da categoria (IAMAMOTO, 2012, p.65).

Diante do apresentado, não foi identificado na fala das entrevistadas esse tipo de prática na CDJA. As profissionais relataram que ainda que realizem atividades consideradas “padrão” no processo adotivo e delas possuem o mesmo objetivo (a concretização do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes), elas possuem percepções e concepções diferentes sob um mesmo objeto de trabalho. A psicóloga explicou que procura focar na análise dos indivíduos, enquanto a assistente social procura enfatizar o contexto social, compreendendo a situação apresentada com base na conjuntura atual.

Entretanto, a assistente social “A” frisou que, apesar de reconhecer o Serviço Social como uma profissão que dá voz²³ ao usuário e contribui para a garantia de direitos, ela precisou conhecer técnicas de outras áreas de conhecimento para criar um canal de comunicação com as crianças/adolescentes, principalmente no momento da preparação.

Partindo desse relato, é necessário enfatizar que conhecer e incorporar técnicas de outras áreas de conhecimento não implica necessariamente que o profissional recuse ou não reconheça as especificidades do Serviço Social, como já foi dito anteriormente, pois, inclusive, as diretrizes curriculares do curso exigem do estudante conhecimentos de outras áreas, como Economia, Psicologia, Filosofia, Antropologia, Sociologia, dentre outras, para a compreensão da realidade na sua totalidade. Por isso, é importante que o profissional tenha claro qual a finalidade da

²³ O Código de Ética de 1993 no seu Capítulo I - Art. 5º dispõe como dever do Assistente Social, nas suas relações com os usuários, a contribuição para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, a garantia da plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código, bem como o esclarecimento aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

sua ação ao utilizar e se apropriar de determinados meios, com base em instrumentos e técnicas.

3.2 Condições de trabalho, cotidiano e legitimidade do Serviço Social na CDJA

No decorrer da pesquisa observou-se que as profissionais inseridas no espaço ocupacional da CDJA, estão, de certa forma, em um ambiente talvez “mais favorável” para a realização de seus processos de trabalho, pois diferentemente da maioria dos profissionais da categoria, essas assistentes sociais possuem vínculo empregatício regido por um estatuto que lhes garantem estabilidade, recebem uma remuneração superior a grande maioria dos assistentes sociais, tendo em vista a expansão de formas precárias de trabalho, sobretudo terceirizadas.

Os instrumentos utilizados na CDJA são criados e adotados pela própria equipe, de acordo com as demandas apresentadas, sem a interferência do Juiz ou do Corregedor. Além disso, de acordo com o relatado nas entrevistas, a instituição garante, de acordo com a Lei 8.112 de 1990, a cada 5 anos uma licença capacitação de 3 meses para o servidor, desde que esse solicite ao superior imediato o respectivo afastamento.

Quanto aos recursos materiais, as profissionais demonstraram satisfação com os que foram fornecidos para elas no ambiente de trabalho (computadores, mesas, cadeiras, armários, sofá). Também relatam que não há dificuldade para a disponibilização de carro com motorista para a realização de visitas institucionais e domiciliares, quando necessário.

Entretanto, as principais reivindicações e reclamações foram em relação à dificuldade de conseguir sala para atendimento individual²⁴ na Vara da Infância, o tamanho da sala oferecida a CDJA, pois a falta de espaço dificulta para incorporar outros profissionais ou estagiários à Comissão, e falta de recursos lúdicos para

²⁴ A VIJ/DF possui um espaço separado, composto por várias salas, as quais algumas delas são divididas entre as seções psicossociais da Vara e a CDJA para o atendimento aos usuários. Nesse quadro, caso a equipe da CDJA não consiga espaço, o profissional terá que adiar o atendimento, o que pode ser prejudicial para algo tão delicado quanto um processo adotivo, ou atender em um local que não garanta o sigilo para o profissional e usuário. Nesse caso, é importante destacar que o Código de Ética do Assistente Social de 1993 dispõe que é direito do assistente social manter o sigilo profissional, e no seu art. 16 estabelece que “o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

utilizar com as crianças/adolescentes, sendo que nesse caso as próprias profissionais financiam a compra desses materiais²⁵.

Para a participante “A”, as relações políticas e de poder no Tribunal é algo que tem um caráter negativo no trabalho nesse espaço ocupacional. Para ela, principalmente no âmbito da sede do TJDF, é corriqueiro alguns profissionais agirem somente com vistas a obter um cargo superior que lhes dê poder e status. A profissional acredita que um fator que contribui para esse dado é a troca da presidência a cada 2 anos. Já, segundo ela, na Vara da Infância e Juventude isso não acontece tanto, pelo cargo do juiz ser vitalício, e não existir muita mobilidade entre os cargos na VIJ. A profissional ainda salientou que os profissionais lotados na VIJ possuem um compromisso com os direitos da criança e do adolescente, o que foi dito também pela outra profissional de Serviço Social da CDJA, e isso reflete positivamente no trabalho delas.

Desse modo, é nesse cenário que se materializa o cotidiano do profissional de Serviço Social, lócus onde se apresentam indivíduos sociais com seus direitos violados. É nesse espaço que o assistente social atua, lidando com as necessidades dos usuários, das instituições e com as próprias necessidades profissionais. Assim, é preciso que as assistentes sociais da CDJA entendam que o cotidiano é heterogêneo, superficial, imediato e necessita muitas vezes também de respostas imediatas (NETTO, 1989).

Além disso, quando o indivíduo se distancia da realidade para analisá-la, ele parte do campo da singularidade (imediato) para a universalidade, sendo a particularidade o campo das mediações em que o singular se universaliza e o universal se singulariza, retornando ao cotidiano, de maneira que,

[...] ao efetuar este retorno, o indivíduo enquanto tal comporta-se cotidianamente com mais eficácia e, ao mesmo tempo, percebe a cotidianidade diferencialmente: pode concebê-la como espaço compulsório de humanização (de enriquecimento e ampliação do ser social) (NETTO, 1989, p.69).

Fazendo essa reflexão, o profissional da CDJA pode buscar formas para estabelecer estratégias que dissolvam ou diminuam os desafios relatados, como a falta de interesse do Tribunal em oferecer certos recursos, e para estimular a relação com outras seções da VIJ que são essenciais para a busca de

²⁵ De acordo com as entrevistadas, a equipe está em processo de negociação com a instituição reivindicando a compra do material pelo Tribunal de Justiça.

crianças/adolescentes com perfil adotável²⁶ para adoção internacional e que auxiliem no processo adotivo.

Na pesquisa também foi questionado se o Serviço Social possui legitimidade na CDJA. De acordo com as participantes, sim. A psicóloga fez questão de dizer que reconhece o Serviço Social, sendo que ele traz uma visão diferenciada do objeto de trabalho. Já as assistentes sociais disseram que possuem autonomia no espaço ocupacional, pois escolhem os meios que acharem necessários para os atendimentos tendo em vista os fins almejados. Além do mais, a opinião técnica das mesmas é levada em consideração pela equipe e a elaboração separada dos relatórios e pareceres contribui para essa legitimidade.

No entanto, essa autonomia se dá de forma relativa, já que as profissionais não têm o poder de deferir ou indeferir um processo adotivo, visto que somente podem sugerir que o juiz o faça. Além disso, há outros fatores, que estão para além da alçada das assistentes sociais, que dificultam a busca destas pela garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, como a morosidade para conclusão do processo de Destituição do Poder Familiar, o surgimento ou não de famílias interessadas em acolher as crianças/adolescentes, entre outros.

Guerra (2012) fala que “a legitimidade social de uma profissão encontra-se nas respostas que ela dá às necessidades históricas-sociais num determinado tempo e espaço” (p.42). Dessa forma, é partir daí que,

[...] o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo que vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos nessa cultura (GUERRA, 2012, p.42).

Partindo do que a autora discute é válido ressaltar que o profissional de Serviço Social da CDJA, levando em consideração o contexto no qual está inserido, precisa demonstrar as razões, importância e essencialidade da profissão nos processos de adoção. Dessa forma, o profissional deve ter cautela nas escolhas dos meios utilizados nos atendimentos, principalmente com as crianças e as famílias, como por exemplo, no que descrevem nos relatórios e pareceres, evitando juízos de

²⁶ Que não tenham condições de serem acolhidas por famílias nacionais, com o perfil requerido pelos requerentes da adoção internacional, com vontade de serem acolhidas e com processo de DPF em curso ou finalizado.

valor, análises preconceituosas e discriminatórias, tendo como horizonte os fins que orientam sua ação profissional sintonizada com um determinado projeto.

3.3 O projeto ético-político profissional na CDJA: entre os limites, desafios e possibilidades

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2006, p. 4).

Ao serem questionadas se o Código de Ética e se a Lei 8.662 de 1993 são instrumentos balizadores do trabalho profissional, as duas assistentes sociais da CDJA responderam que sim e indiferentemente do espaço sócio-ocupacional que está atuando. A assistente social “A” ressaltou o fato de que se o assistente social trabalha de forma respeitosa com outros profissionais e os usuários, se ele busca contribuir para a garantia dos direitos desses últimos e dá-lhes voz, dificilmente esse profissional contrariará o Código de Ética. Além disso, para essa profissional, outro instrumento que deve ser considerado como alicerce para o trabalho na CDJA é o Estatuto da Criança e do Adolescente, já que ele apresenta todos os direitos da infância e juventude e explica os procedimentos para o processo de adoção internacional. A assistente social “B” relatou que o Código e a Lei de Regulamentação são responsáveis por orientar a atuação, com os princípios, atribuições e competências previstos, com a ideia de comprometimento com o usuário e, essa legislação, contribui para o reconhecimento da profissão na sociedade, além de possibilitar que o profissional atue de forma crítica.

A profissional “B” ainda disse que as crianças e adolescentes que estão em instituições de acolhimento e não possuem chances para serem acolhidas por família estrangeira, por estarem fora do perfil requisitado, muitas vezes acabam tendo que ficar nas entidades até a maioridade. Além disso, muitos desses sujeitos estão com sua situação jurídica indefinida, o que contribui para a criança e/ou

adolescente sair do perfil, tendo em vista a morosidade no tempo para o deferimento/indeferimento da destituição do poder familiar.

Também, de acordo com a profissional “B”, torna-se um desafio para o assistente social da CDJA garantir a efetivação dos princípios norteadores do projeto ético-político, pois o profissional depende de outros atores, como órgãos do poder executivo, as entidades de acolhimento e até mesmo o próprio judiciário, para garantir os direitos dessas crianças/adolescentes.

Netto (2006) afirma que o projeto ético-político do Serviço Social possui a liberdade como valor central, sendo ela “concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (p.15). Dessa forma o projeto da profissão tem um compromisso com a construção de uma nova ordem social, que rechaça com a exploração ou dominação, seja de classe, etnia ou gênero.

Então,

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006, p.16).

O projeto profissional também tem um compromisso com o aperfeiçoamento intelectual do assistente social, dando ênfase à formação acadêmica qualificada “fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” (p.16). Além disso, Martinelli (2006) frisa que o projeto ético-político tido atualmente no âmbito do Serviço Social tem sustentação na teoria social marxista. A autora também ressalta que este projeto pode ser hegemônico, porém não é o único, já que a coletividade profissional é diversa e constantemente se apresenta como um campo de disputa de projetos.

Portanto,

Numa perspectiva macrosocial isto se coloca também em relação ao projeto societário, pois dependendo das circunstâncias históricas, tais projetos podem ou não estar em um marco político da mesma natureza, o que demandará enfrentamentos

específicos que transcendem inclusive o nível do coletivo e da própria categoria profissional, remetendo a outros níveis de alianças e parcerias. Da mesma forma, deve ser ressaltado também o caráter histórico do projeto ético-político. Torna-se imprescindível o reconhecimento de que o projeto ético-político não é um produto endógeno, pronto e definitivo, muito menos uma abstração ou um ente que se institui entre nós (MARTINELLI, 2006, p.17-18).

Ainda segundo Martinelli (2006), é importante que os profissionais saibam fazer leituras críticas, ético-políticas para poderem construir de forma sólida o projeto profissional, mesmo que em síntese,

[...] o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da ideologia, isto é, na criação de bases políticas para a hegemonia das classes fundamentais. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2006, p.11).

Desse modo, o assistente social, compreendendo as dificuldades, limites e impasses na efetivação e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, deve atuar de maneira que reconheça as contradições presentes no real e respeite os princípios estabelecidos pelo projeto profissional.

É sabido que, como trabalhador assalariado, a consolidação do projeto ético-político do assistente social se dá de forma complexa e contraditória, com vários determinantes que o influencia e o constitui. É interessante que o assistente social reflita que “[...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais” (NETTO, 2006, p.8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou, com todos os seus limites, compreender a atuação do/a assistente social nos processos de adoção internacional no âmbito do Distrito Federal. Destacou-se o debate do Serviço Social como trabalho e que tem como matéria-prima a questão social, que se apresenta com suas múltiplas expressões, entendidas como consequências das desigualdades sociais da sociedade capitalista moderna, que tem como sustentação o processo de contradição e exploração do trabalho no capital.

Nessa sociabilidade, o/a assistente social tem uma atuação complexa, que se pauta nos conflitos e tensionamentos do embate capital/trabalho. Esse profissional tem o compromisso com a garantia de direitos dos usuários, e ao mesmo tempo precisa considerar que ele também é um trabalhador assalariado que está sob a égide da lógica capitalista, na qual é preciso atender também as demandas da instituição, além de ser a própria organização a responsável por apresentar as necessidades dos usuários ao profissional.

Dessa forma, faz-se necessário que o/a assistente social se aproprie da teoria social de Marx para sua intervenção, pois esta teoria pode lhe dar condições para analisar os diversos determinantes que a realidade apresenta, levando em consideração que os problemas dos usuários são muito mais profundos quando o profissional passa a analisá-los para além da aparência, ou seja, sob o prisma da totalidade, entendida como uma categoria composta por várias totalidades, em nível menor ou maior, marcadas por relações contraditórias e complexas.

No decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso realizou-se uma breve contextualização das premissas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 para a adoção. É importante frisar que o ECA é considerado um desdobramento do art. 227 da Constituição Federal de 1988, que rompe com o estigma do menor estabelecido pelo Código de Menores de 1979.

De acordo com o Estatuto, a criança e o adolescente devem ser cuidados prioritariamente na família biológica. No entanto, caso a criança e/ou adolescente esteja em situação de violações de direitos na família, deverão ser acolhidos em uma instituição. É importante destacar que por mais que o ECA estabeleça que a pobreza não possa ser considerada como causa para institucionalização da criança ou do adolescente, ela aprofunda outras situações como alcoolismo, exploração

infantil, negligência, violência física, psicológica e sexual, dentre outras mazelas presentes na vida social, em famílias que vivem em situação de extrema pobreza e miserabilidade. O Estatuto também estabelece o acolhimento e a adoção como medidas excepcionais e para a criança e/ou adolescente ser considerado juridicamente adotável é necessário que a Destituição do Poder Familiar (DPF) seja deferida.

Apesar de todo aparato legal em vigência no Brasil, muitas crianças cadastradas para adoção não tem o seu direito à convivência familiar e comunitária garantido, pois a maioria das crianças/adolescentes está fora do perfil requerido pelos candidatos à adoção. Não são raras as vezes que a morosidade do sistema de justiça do Distrito Federal faz com que o processo de Destituição do Poder Familiar demore anos para ser deferido, enquanto as crianças/adolescentes ficam em instituições de acolhimento numa espécie de limbo jurídico, e em excessivas vezes quando estas crianças são institucionalizadas, elas já estão numa faixa etária fora do perfil requerido. Outro dado importante é o número significativo de crianças com deficiência que mesmo quando acolhidas bebês e com a DPF deferida não tem chances de encontrar uma família substituta por não corresponder ao perfil. No entanto, ao analisar a problemática dessas crianças fica visível que o cerne dela está na falta de recursos públicos (saúde, educação, habitação, trabalho) que garantam às famílias biológicas recursos econômicos, sociais e psicológicos para assegurarem os direitos dos seus filhos, evitando, enfim, o acolhimento institucional e a abertura de um processo de Destituição do Poder Familiar.

Ao final do estudo busca-se estabelecer um perfil dos/as participantes da pesquisa. É visível que as participantes da pesquisa têm um compromisso com a qualificação profissional, o que é essencial para o fortalecimento da atuação profissional na instituição e está previsto no Código de Ética de 1993. Outra questão analisada no TCC é o fato de algumas profissionais da CDJA estarem em desvio de função, trazendo em alguns momentos implicações para as atividades desenvolvidas. É positivo o fato de profissionais que não tiveram a oportunidade de fazer parte da estrutura do Tribunal como Analista, terem a oportunidade de exercerem a profissão, porém, esses profissionais recebem uma remuneração inferior àqueles que são Analistas e seria mais interessante para a categoria profissional que o TJDF realizasse concurso público para o provimento de cargos

de assistentes sociais e psicólogos, já que estes profissionais teriam seus direitos iguais aos outros Analistas que exercem suas respectivas funções.

Outro problema identificado na instituição é que, apesar dos servidores trabalharem informalmente 30 horas semanais, o TJDFTE ainda não atende ao que está previsto na Lei 8.662 de 1993, e mantém em sua estrutura a jornada semanal de 35 horas. A redução para 30 horas semanais de trabalho sem redução de remuneração garante a diminuição da sobrecarga de trabalho, afetando positivamente na saúde do trabalhador e na qualidade das suas atividades.

Com base nos relatos obtidos durante as entrevistas, a equipe da CDJA trabalha de forma interdisciplinar, porém não foi possível identificar claramente quais são as atribuições e as competências de cada um, sendo que, de acordo com os relatos, na CDJA todos os profissionais realizam “costumeiramente” os mesmo tipos de atividade, o que pode acarretar em problemas no que tange às especificidades de cada área. Quanto à especificidade de cada profissão é entendido que as profissionais compreendem que mesmo que sejam realizadas as mesmas atividades é necessário que cada categoria tenha um olhar diferenciado do objeto de trabalho. Para tanto, é necessário que os/as profissionais invistam no aprofundamento de conhecimentos acerca das particularidades de suas áreas, enriquecendo, assim, o trabalho desenvolvido pela equipe.

Partindo do entendimento do cotidiano como algo heterogêneo, imediato e superficial e local para atuação do/a assistente social, é imprescindível que o/a profissional de Serviço Social se distancie desse espaço para fazer uma reflexão do mesmo, para poder estabelecer estratégias para diminuir ou diluir os desafios encontrados na instituição, como a falta de certos recursos materiais e as relações políticas impostas nesse contexto sócio-ocupacional.

Na pesquisa também ficou claro que a área do Serviço Social possui legitimidade na CDJA, pois são reconhecidas as especificidades da profissão, há respeito pelas outras áreas de conhecimento acerca da opinião técnica dos assistentes sociais e também na concretização do relatório e do parecer de forma separada.

Na pesquisa também foi identificado que o Código de Ética e a Lei de Regulamentação de 1993 são instrumentos que sustentam a atuação das profissionais na CDJA. No entanto, foi identificado que é considerado que as condições de violações direitos em que se encontram as crianças e adolescentes

institucionalizadas fazem com que seja mais difícil que a assistente social da CDJA consiga garantir a execução dos princípios norteadores do projeto ético-político. Entretanto, é sabido que o projeto profissional do Serviço Social faz alusão e vinculação a um projeto de sociedade e, dessa forma, é necessário que o/a assistente social tome uma posição política de defesa da justiça social, da liberdade e da democracia.

Observa-se que apesar das dificuldades e limites institucionalmente impostos pelo campo de intervenção sócio-jurídico, as assistentes sociais da CDJA buscam meios e recursos para garantir que as diretrizes e princípios orientadores da formação e do exercício profissional sejam materializados, mesmo diante dos inúmeros desafios postos pela sociabilidade capitalista marcada por contradições, conflitos de interesses antagônicos, injustiças e reprodução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília – DF, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social e Sociedade**, n. 107, São Paulo: Cortez, 2011, p.557-584.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988.

_____. **Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional** (ratificação). 19 de abril de 1995.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília - DF, 1993.

_____. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.

COÊLHO, Ailta Barros de S.R. **Política de proteção à infância e adolescência e descentralização**: a caso do conselhos de direitos da criança e do adolescente de João pessoa – PB, Dissertação de Mestrado em Serviço Social – UFPB, 1997.

FANTE, Ana Paula; CASSAB, Latif Antonia. Convivência familiar: um direito a criança e ao adolescente institucionalizado. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, nº 1, 2007, p. 154-174.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa (Org.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. 4ª edição. Cortez: São Paulo. 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. BACKX, Sheila, GUERRA, Yolanda e SANTOS, Cláudia Mônica dos (orgs.). Rio de Janeiro: UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myriam Veras; BATTINI, Odaria (Orgs). **A prática Profissional do Assistente Social**. Vol. 1. São Paulo: Veras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social**. Brasília, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elisabete (et al) Orgs. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Márcia Maria Coutinho de; OLIVEIRA, Maria Alice Gomes de. Panorama da Adoção no Distrito Federal. In: GHESTI-GALVÃO, Ivânia; ROQUE, Elizângela Caldas Barroca (Orgs.). **Aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro. 2010.

MENDES, Cynthia L. P. C. **Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva**. 2007. 217f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete (et al) Orgs. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A família em sua multiplicidade de formas e sentidos. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira (Orgs.). **Família, gênero e geração: Temas Transversais**. EDUECE, Fortaleza. 2004, p. 33 – 67.

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção: Significados e Possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Psicologia Jurídica)

RAICHELLIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011, p.420-437.

RIZZINI, Irene; RIZZINI Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso e desafios do presente**. Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES, Maria Lucia; MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Janaína Simas; CORRÊA, Thais Botelho. **Metodologia de Intervenção no Processo de Preparação para a Adoção Internacional: a prática da Comissão**

Distrital Judiciária de Adoção - CDJA. Brasília. TJDFT. Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br>> Acesso em 18/06/2013.

TJDFT. **Portaria GC nº 38**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Distrital Judiciária de Adoção. 24 de junho de 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes; SOARES, Ana Cristina Ferreira. Saber e poder profissional do assistente social no campo sociojurídico e as particularidades do Poder Judiciário. **Argumentum**, Vitória (ES), ano 3, n.3, v. 1, jan./jun. 2011, p. 220-237.

APÊNDICE

Roteiro para entrevista com as Assistentes Sociais da CDJA

Identificação Profissional:

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Tem filhos? Caso sim, quantos?
5. Estado Civil:
6. Cargo:
7. Ano de formação:
8. Local de formação:
9. Fez algum curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado? Caso sim, cite-os.
10. Participa de algum curso de formação continuada? Caso sim, qual?
11. Já participou ou participa de algum evento da categoria (congressos, encontros, fóruns de supervisores)?
12. Acompanha as ações do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS?
13. Já foi ou é supervisor de estágio?
14. Você já fez alguma pesquisa sobre o seu trabalho na instituição? Qual? Você fez sozinha ou com outros profissionais? Caso sim, quais os resultados e desdobramentos da pesquisa?
15. Quais foram suas experiências profissionais anteriores (áreas de atuação)?
16. Qual sua remuneração baseada em salários mínimos?
17. Qual sua jornada de trabalho semanal?
18. Qual o seu vínculo empregatício (celetista, contrato, estatutário)?
19. Trabalha em outra instituição? Caso sim, qual?

Condições de Trabalho, procedimentos e projeto profissional:

1. Há quanto tempo você é técnica da CDJA?
2. Me fale um pouco a respeito da história da CDJA.
3. Quais são os recursos materiais disponíveis para a seção (sala para atendimento, computador, mesa, arquivo com chave)?
4. A instituição promove cursos na área do Serviço Social ou libera o profissional para fazer cursos em outros espaços?
5. Qual a composição da equipe profissional?
6. Quais são as atribuições e competências de cada profissional?
7. Quais são os serviços prestados pela instituição?
8. Quem é o usuário da CDJA?
9. Que tipo de respostas à equipe busca dar a esse usuário?
10. Como são distribuídos os processos que chegam à seção?
11. Como é a rotina de trabalho? Os processos são estudados individualmente, de forma inter ou multidisciplinar?
12. Como é feita a documentação/registo dos atendimentos? Com que frequência? Em que tipo de documento (prontuário, fichas, relatórios)?

13. Como você avalia as condições de trabalho dos profissionais nessa seção?
14. Em algum momento um dos profissionais adoeceu devido ao trabalho ou não compareceu por motivos de saúde (atestado)?
15. Os profissionais já tiveram que trabalhar fora do seu horário de expediente ou ficar de sobreaviso?
16. Quais são os instrumentos e técnicas utilizados durante os atendimentos das demandas?
17. Os usuários são orientados a respeito dos procedimentos jurídicos em que estão envolvidos e de seus direitos?
18. Qual o tipo de atendimento realizado com as famílias adotivas?
19. Você poderia falar mais sobre o processo de adoção internacional no Distrito Federal? Quais são os procedimentos adotados? Qual o perfil dos adotantes?
20. Como é o contato entre a equipe da CDJA com as famílias substitutas durante o estágio de convivência?
21. Quais são as demais instituições e profissionais que estão envolvidas no processo de adoção internacional?
22. Como é adaptação das crianças no país de acolhida (o novo idioma, a cultura, escola, família extensa)?
23. Você acredita que a adoção internacional é a melhor opção para garantir o direito a convivência familiar e comunitária das crianças ou adolescentes acolhidos? Por quê?
24. Como é o contato com as outras instituições? E com os profissionais de outras áreas (advogados, pedagogos, médicos, cuidadores sociais)? Há um acompanhamento após o processo de adoção internacional? Caso sim, de que forma acontece?
25. Há autonomia profissional no ambiente de trabalho? De que forma ela se apresenta?
26. Quais os limites e as possibilidades no espaço sócio-ocupacional?
27. Você ou a equipe já buscou alguma maneira para superar esses desafios ou parte deles? Teve êxito?
28. Como se dá a relação teoria/prática no cotidiano profissional?
29. É possível no seu ambiente de trabalho garantir os princípios norteadores do projeto ético-político? Caso sim, como você analisa os desafios para sua efetividade?
30. O Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei nº 8.662 são instrumentos balizadores para o trabalho profissional? Por quê?

Roteiro para entrevista com a Psicóloga da CDJA

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Ano de formação:
5. Local de formação:
6. Realizou algum curso de pós-graduação? Quais?
7. Tem filhos? Se sim, quantos?
8. Estado Civil:

9. Você já fez alguma pesquisa sobre o seu trabalho na instituição? Qual? Você fez sozinha ou com outros profissionais?
10. Qual sua jornada de trabalho semanal?
11. Qual seu vínculo empregatício (celetista, contrato, estatutário)?
12. Qual sua remuneração em média de salários mínimos?
13. Há quanto tempo você é técnica da CDJA?
14. É importante a existência do profissional de Serviço Social na seção? Por quê?
15. Você acredita que há aspectos no processo de trabalho que a sua profissão entra em convergência ou divergência com a do assistente social? Caso sim, quais?
16. Você conhece alguma resolução ou ação do CFESS que possa interferir no seu trabalho com o assistente social?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Serviço Social na Adoção Internacional: competências, atribuições, limites e desafios profissionais”, de responsabilidade de Samilla Silva Santos, aluna de graduação da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a atuação do Assistente Social na Comissão Distrital Judiciária de Adoção com base nos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662 de junho de 1993 e no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, levando em consideração o contexto sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 8187-8381 ou pelo e-mail samilla.ssba@gmail.com.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de artigo de Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)